

ADVOGAR

JORNAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RECIFE - PERNAMBUCO

ANO XIV - Nº 6 - JULHO/AGOSTO/SETEMBRO/87

Seis meses de luta e ação

(Pág. 3)



A OAB foi a Brasília discutir o Sistema Penitenciário com o ministro da Justiça, Paulo Brossard e apresentar projeto



O governador Miguel Arraes voltou à sua casa



OAB e LBA juntas para oferecer assistência judiciária aos carentes



O presidente da Federação Nacional dos Bancos, Teófilo de Azeredo Santos, encerrou o Curso de Direito Bancário



O auditório da OAB esteve sempre repleto nas comemorações do 11 de Agosto



Elcias Ferreira da Costa e Nelson Saldanha lançaram livros



O ex-presidente do Conselho Federal, Hermann Baeta veio prestigiar



O ex-presidente Raymundo Faoro foi um dos convidados especiais



Aurélio Boa Viagem tomou posse na presidência do Instituto dos Advogados de Pernambuco

**Cursos Jurídicos:
sucesso na festa**

(Págs. 8 e 9)

**Conselho Federal
reunido no Recife**

(Pág. 7)

INFORME



Governador em exercício, no mês passado, Carlos Wilson fez visita de cortesia à OAB, para discutir problemas ligados ao momento nacional e à situação da violência em Pernambuco. Carlos Wilson foi recebido por Paulo Marcelo, Jorge Neves, Nadeje Domingues, Rogério Neves Baptista e Lúcio-Flávio Regueira. Estava acompanhado pelo assessor Ettore Labanca.

A OAB, com a participação do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, cujo presidente é o Conselheiro Federal Urbano Vitalino, vai realizar, entre 29 e 31 de outubro, o "Curso de Licitação e Contratos". As inscrições já estão abertas na sede da seccional e terá a participação dos professores Sérgio Ferraz e Lúcia Valle Figueiredo. Procurar Geraldo, no Caixa, ou o vice-presidente Jorge Neves, no Departamento Cultural.

Concluintes de 1977 da Unicap: compareçam à sede da OAB, para falar com Fernando Lapa para: a) atualizar seus endereços e dos colegas; b) sugerir eventos para as festividades; c) organizar o almoço e escolher o local, que será eleito por maioria de indicações. O prazo para a presença na OAB encerra-se a 30 de outubro.

O tesoureiro da OAB em Pernambuco, Fernando Lapa, está convidando os colegas em débito com a Caixa da Ordem a atualizarem suas anuidades. Lapa avisa que está agindo em cumprimento do art. 87, inciso XXII, da Lei 4215/63 (Estatutos), que inclui entre os direitos e deveres do advogado "pagar em dia suas contribuições à Ordem".

Juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Igreja Episcopal do Recife, a CDH da Ordem iniciará, desde já, os preparativos para a comemoração do 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, em 11 de dezembro do próximo ano. Como primeira iniciativa, a OAB-PE, com o apoio da COMUNICARTE, publicou cartão, com uma escultura de Karl-Fredrik Rutersward, por especial cortesia da Dagens Nyheter Forlag e da secção sueca da Amnesty International. Exemplares poderão ser recebidos na sede da OAB, na Secretaria da Comissão de Direitos Humanos.

Concluintes de 1967 da Universidade Federal: a Comissão das festividades comemorativas do 20º aniversário de formatura solicita que entrem em contato urgente com Judite Galindo, pelo telefone 325.1816 ou Fernando Ribeiro Lins, no 227.0885 - 341.7611 ramal 75, para participar dos eventos: visita à Faculdade, missa e jantar no Quatro Rodas, dia 7/12/87.



Um dos maiores especialistas em Direito Comercial no País, o ex-presidente da OAB, o professor Octávio Lobo foi figura de destaque no Curso de Direito Bancário promovido pelo Departamento Cultural no mês passado, que está sob a orientação de Jorge Neves. O Curso foi um dos pontos altos das comemorações dos 160 anos dos Cursos Jurídicos.

SUPLENTE ELEITOS PARA O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-PE BIÊNIO 1987/1989

01. Aldenio de Lemos Melo Rego
02. Aloísio José de Vasconcelos Xavier
03. Aristides José Cavalcanti Batista
04. Aureliano Raposo Soares Quintas
05. Everaldo Lucena Barbosa da Silva
06. José Carlos Zanforlin
07. Marcelo Antônio Brandão Lopes
08. Maria Aureci Tabosa Lopes
09. Maria Lúcia Motta da Costa
10. Mozart Cordeiro
11. Vera Lúcia Lopes de Vasconcelos
12. Virgílio Barros de Medeiros Campos.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO PERNAMBUCO

ANO XIV - Nº 6 - RECIFE - JULHO/AGOSTO/SETEMBRO/87

End. Rua do Imperador Pedro II, nº 227 - Fones (081) 224-3027 e 224-3200

DIRETORIA

Presidente - Paulo Marcelo Wanderley Raposo - **Vice-Presidente** - Jorge da Costa Pinto Neves - **1º Secretário** - Rogério Neves Baptista - **2º Secretário** - Nadeje de Souza Domingues - **Tesoureiro** - Fernando Augusto Lapa Guimarães

Delegados do Conselho Federal
Luiz Pinto Ferreira, Urbano Vitalino de Melo Filho, José Joaquim de Almeida Neto

Comissão de Ética e Disciplina I
Aloísio José de Vasconcelos Xavier, Antônio Bruno de Azevedo Moreira e Marcelo Antônio Brandão Lopes

Comissão de Ética e Disciplina II
Maria Nelly Lima Ribeiro (presidente), Laura Cândida Dubourcq de Barros, Paulo Fernando Gambôa Silva

Comissão de Defesa e Assistência
Nicomemus Lopes Pereira (presidente), Glória Maria Pontual

de Moraes Oliveira, Luís Fernando Dias dos Santos

Comissão Contra o Exercício Ilegal
João Pinheiro Lins (presidente) Mozart Cordeiro e Cláudio Souto Maior Borges

Comissão de Seleção e Prerrogativas
Ligia Maria Dornellas Câmara (presidente), Paulo Roberto Gonçalves Cascão e Vera Lúcia Lopes de Vasconcelos

Conselheiros
Everardo da Cunha Luna,

Clóvis Ribeiro do Rêgo Melo e Lúcio-Flávio Uchôa Regueira

Caixa de Assistência - CAAPE
Carlos Alberto Aquino de Oliveira (presidente), Maria Cristina de Sá Leitão (tesoureira), Eduardo de Arruda Motta e Albuquerque

Conselho Fiscal da CAAPE
Reinaldo Dornellas Câmara, Ernesto Bezerra Cavalcanti, Maria Inah Moury Fernandes

Suplentes do Conselho Fiscal da CAAPE
Francisco Paiva Oliveira, João

Carlos Lopes Regueira, Eveline Valença Ferreira de Souza Leão

Membros Natos
José Cavalcanti Neves, Carlos Martins Moreira, Joaquim Correia Júnior, Octávio de Oliveira Lobo, Dorany de Sá Barreto Sampaio, Hélio Mariano da Silva, Fernando Vasconcelos Coelho

Editor
Silvana Andrade
Reg. nº 1397-DRT/PE

FOTOGRAFIA
Fátima Batista

Diagramação, Composição, Arte, Fotelito e Impressão

COMUNICARTE
Produções Jornalísticas

Rua do Sossego, 563 - Boa Vista - Fones: 231-0281 - 231-0616



No mês passado, o Conselho Seccional da OAB perdeu um dos seus mais atuantes membros: Edécio Krupnick de Carvalho. Desaparecido aos 46 anos, Edécio destacou-se como advogado militante no Fórum, na Justiça do Trabalho, na Justiça Federal. Em todas as suas atividades demonstrava independência e brilho. Sua participação no Conselho e na Comissão de Ética e Disciplina foi marcada pela presença constante e espírito de companheirismo, tendo sido um dos artífices da criação da Fundação de Assistência Judiciária Moacir Baracho, e o nome dado à nova instituição o foi por sua iniciativa. A falta de Edécio será suprida pela vontade coletiva de todo o Conselho de levar sua luta em frente, seguindo o seu exemplar espírito.

Paulo Marcelo Raposo, Jorge Neves, José Joaquim de Almeida Neto e Lúcio Flávio Regueira estiveram em Brasília, julho passado, em visita ao Ministro Marcos Freire. Na ocasião, o Ministro relatou as dificuldades que estava encontrando para agilizar o processo de Reforma Agrária e expressou sua vontade de, em breve, produzir resultados mais positivos. O desaparecimento do Ministro Marcos Freire, no trágico acidente que o vitimou, deixou de luto por três dias a seccional pernambucana da OAB, onde era filiado. Marcos Freire é uma dessas lideranças insubstituíveis na história da luta pela redemocratização do nosso País.



Advogado quase morre com filhas no Horto e pede sua interdição

Depois de uma dramática experiência, quando quase morreu afogado em companhia das filhas Kalina, de 11 anos, e Sônia, de apenas quatro, num acidente com um dos triciclos aquáticos do lago do Horto de Dois Irmãos, o advogado José Amilton Nasário da Silva, em ofício enviado à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seção PE, denun-

ciando, num mergulho quase mortal para todos, com seguidos minutos de pânico ante a iminência da morte, com total falta de serviço de salvamento. O lago, além de ser profundo, é cheio de lodo, o que provoca dificuldades até mesmo para um bom nadador. Depois de minutos de aflição, eis que aparecem três triciclos e, com muito esforço, conseguem nos retirar do la-

Raposo propõe ao Governo política contra a violência

O presidente da seção pernambucana da OAB, Paulo Marcelo Raposo, ontem, ao governador Miguel Arraes, um documento no qual a entidade manifesta a sua preocupação com a violência que se observa no Estado, especialmente na Região Metropolitana do Recife e propõe a criação de um Conselho de Defesa da Ordem, que ficaria encarregado de definir a política a ser seguida pelas órgãos de segurança. Na opinião da OAB, a esse colegiado deveriam ficar subordinadas as atividades criminais, a fim de evitar a criminalidade, aterrorizada com o espírito de mudanças do Governo popular eleito em novembro passado e a falta de um canal de comunicação entre a Secretaria de Segurança Pública e a sociedade civil, através do qual pudesse se desenvolver um amplo debate sobre a violação dos direitos humanos em Pernambuco.

Advogados reclamam tratamento especial na futura Constituição

Só a inserção constitucional da profissão de advogado poderá contar definitivamente o problema enfrentado por nós na luta pela boa aplicação das leis e a rápida administração da Justiça", disse, ontem, o presidente em exercício da OAB-PE, Jorge Neves. Projeto neste sentido tramita na Assembléia Nacional Consti-

tuante, mas os juizes negam - algumas vezes emitindo indelével desrespeito aos assistentes jurídicos dos presidios e penitenciarías - solicitações de "habeas corpus", livramento condicional de detentos e outras medidas, alegando que a eles não cabe tal prerrogativa". Com efeito, continua Jorge Neves, "o advogado,

Alegria e luta em seis meses de ação

Há pouco mais de seis meses tomamos posse no Conselho Seccional da OAB em Pernambuco. Foi um tempo marcado por uma atuação intensa, em todos os níveis de nossa competência legal. A imprensa escrita espelhou, em muitas ocasiões, essa atuação e a ela devemos a solução de muitos interesses dos que, de alguma forma, se sentiram tocados em seus direitos nesse curto espaço de tempo.

Escolhemos alguns recortes de jornais, para publicá-los em fac-símile, notícias que passaram, talvez, despercebidas ao lado das grandes manchetes que envolveram o nome da OAB de forma sensacionalista, buscando levar à população uma imagem não-verdadeira da nossa atuação, uma distorção de nossas intenções decorrentes do munus público que assumimos na defesa dos direitos lesados dos mais fracos.

A defesa dos interesses da classe esteve presente quando interferimos para que se esclarecessem os critérios para o concurso de Auditor Fiscal, publicados de forma obscura para nossos colegas concorrentes à função. A valorização da categoria dos advogados e do papel da OAB representativa de todos foi objeto de nossa participação na escolha do Desembargador Antônio de Brito Alves, com a realização de eleições diretas para a indicação da lista sextupla enviada ao Tribunal.

Em particular, neste caso, a seção de Pernambuco da OAB foi a primeira, em todo o País, numa atitude de vanguarda histórica, que concretizou desde já o que será determinado pela futura Constituição: a participação dos advogados na indicação do quinto constitucional dos tribunais.

(Redação do ADVOGAR)

OAB-PE solicita que secretário explique critérios de concurso

Em ofício ao secretário de Administração do Estado, Artur Pio dos Santos, o presidente-em-exercício da OAB-PE, advogado Jorge da Costa Neves, solicitou que seja fornecida àquela entidade "uma explicação

critérios no item 5 das respectivas instruções especiais. "No intuito de assegurar aos candidatos inscritos - diz o presidente em exercício da OAB-PE - a exata compreensão desses critérios, particularmente os que

Os três

O Tribunal de Justiça do Estado encaminhou lista triplíce ao governador Miguel Arraes para escolha do desembargador que irá ocupar a vaga do falecido Augusto Duque. Os três são Gilberto Marques Paulo, Artur Pio e Antônio de Brito Alves. Não se tem dúvida de que o escolhido será Brito Alves, advogado de Ar-

Direitos

O presidente nacional da OAB, Márcio Thomaz Bastos, e os ex-presidentes Herman Baêta e Miguel Seabra Fagundes, acompanhados do presidente regional da OAB, Paulo Marcelo Raposo, estiveram visitando ontem à tarde o presídio

Pela primeira vez OAB aprecia orçamento da Secretaria da Justiça

A OAB de Pernambuco recebeu, ontem, do secretário da Justiça, Izael Nóbrega, cópia da proposta orçamentária daquele órgão, a ser apresentada à Assembleia Legislativa até o próximo dia 30, para que a entidade dos advogados do Estado apresente suas críticas e sugestões. Essa é a primeira vez na história de Pernambuco que o poder público submete seu orçamento à apreciação de uma entidade da sociedade civil.

Pernambuco enviou ofício ao governador Miguel Arraes prontificando-se a atender o apelo.

Passados dois meses, depois de elaborada a proposta internamente, no âmbito da Secretaria de Justiça, o secretário Izael Nóbrega telefonou ao presidente da OAB-PE, Paulo Marcelo Raposo, a fim de iniciar os entendimentos para a participação da entidade nas discussões que estão antecedendo sua apresentação à Assembleia. A

OAB-PE quer participar da elaboração de orçamento

A Ordem dos Advogados do Brasil - seção de Pernambuco - solicitou, ontem, ao governador Miguel Arraes, participação nas discussões sobre a distribuição de recursos do Orçamento Plurianual 1988-1990 para as secretarias de Segurança Pública e Jus-

dente em exercício da OAB de Pernambuco ao governador do Estado:

"Exm" Sr. Governador:

"Foi com grande prazer que a seccional pernambucana da OAB tomou conhecimento da orientação do Governo de Pernambuco de dar prio-

onde, para quem e a que custo", segundo, ainda, a apresentação do folheto da Secretaria de Planejamento.

"Apesar da OAB de Pernambuco ainda não ter obtido o resultado do estudo que o governo do Estado prometeu realizar sobre a proposta de cria-

OAB tem projeto para melhorar condições de presídios no Estado

Preocupada com as condições penais e carcerárias dos presídios e penitenciarías pernambucanas, em especial o Presídio Anibal Bruno, que foi alvo de mutim em maio passado, exatamente no momento em que o secretário de Justiça e o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB visitavam a sua unidade, a referida Comissão está colocando em prática projeto pioneiro no Brasil que objetiva, através de questionários, entrevistas com cada preso, agentes e técnicos penitenciários, indicar soluções para uma política penitenciária no Estado.

OAB-PE sugere novo currículo para os agentes do Susipe

A diretoria da OAB de Pernambuco e a Comissão de Direitos Humanos da entidade estiveram, ontem, na Academia de Polícia Civil, objetivando sugerir modificações no currículo dos cursos de formação dos agentes penitenciários de um sistema atualizado, que não adaptou as regras do diploma internacional e a realidade do País, sendo esta uma grande preocupação da Comissão.

A visita proporcionou aos visitantes da OAB, Brasileira e Direitos Humanos, uma visão que foi considerada "dramática" pelo secretário Rogério Neves Baptista, participante da Comissão: o prédio onde funciona a Academia é um enorme galpão de zinco, repleto de goteiras e sem nenhum aparelhamento que possa fazer funcionar os cursos que ali são ministrados de "uma forma minimamente satisfatória", segundo o membro da entidade.

A visitação inicialmente, seria realizada em virtude de solicitação dos agentes penitenciários do Presídio Anibal Bruno que, numa lista de reivindica-

Advogado assassinado recebe postumamente Prêmio Helder Câmara

O Conselho Seccional da OAB-PE decidiu, ontem, conceder o Prêmio Helder Câmara de Direitos Humanos, postumamente, ao advogado Evandro Cavalcanti, assassinado no mês passado, no município de Surubim. A cerimônia de entrega da distinção ocorrerá na próxima terça-feira (21 de abril), para a qual estão sendo convidadas todas as personalidades e entidades engajadas no respeito aos direitos da pessoa humana de Pernambuco.

O Prêmio Helder Câmara foi instituído no Seminário Barboza Lima Sobrinho, que a OAB de Pernambuco realizou em Aldeia, no mês de janeiro, e visa, segundo sua regulamentação, "favorecer a divulgação da causa dos Direitos do Homem, através do reconheci-

tanto, devido à premência da situação e da necessidade de formalizar o repúdio ao assassinato do advogado Evandro Cavalcanti, o prêmio, este ano, será uma medalha, a ser entregue à viúva Juliete Cavalcanti, em sessão solene da Câmara Municipal de Surubim, com a presença de toda a Diretoria da OAB-PE, sob a presidência de Paulo Marcelo Raposo.

SEMINÁRIO
As Comissões de Direitos Humanos da OAB-PE e do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - Cremepe, juntamente com o Grupo S.O.S. Corpo, a Prefeitura do Recife e o Grupo de Assessoria Jurídica aos Movimentos Populares-Gajop, realizaram, nos dias 14 e 15 de maio, o Seminário "Al-

Projeto de Constituição é ambíguo, afirma advogado

A Constituinte reflete hoje a crise de identidade que é vivenciada pelo País. Ela vem procurando definir um modelo político e um sistema econômico novos e insuportados, e o que vem levando a uma série de ambiguidades. Apresentando 501 artigos, o projeto da nova Constituição demonstra que os parlamentares não estão confi-

tituição trará conquistas significativas para a Ordem dos Advogados e especificamente para os profissionais a ela vinculados. Ele elogiou o artigo 192, inciso VIII, que trata do acesso à magistratura. Conforme ressaltou, ficará proibida a realização de sessões secretas para a escolha dos juizes. Em Pernambuco, a questão assume grande rele-

que deverá daí retirar uma lista triplíce e enviá-la ao Poder Legislativo, para que designe o novo juiz. Tal procedimento já havia sido esboçado em Pernambuco, no ano passado, quando a Ordem elegeu uma lista constante de seis nomes e encaminhou ao TJP para o preenchimento da vaga aberta com o falecimento do desembargador Augusto Duque - disse o

Advogados escolhem nomes para concorrer a vaga no TJ

Os advogados de Pernambuco escolheram, ontem, através de eleições diretas convocadas pela OAB, uma lista sextupla que será encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado como sugestão para a indicação do novo desembargador que deverá preencher a vaga aberta com o falecimento de Augusto Duque. O criminalista Antô-

Henrique Wanderley Filho. Ao todo, votaram 1827 advogados, incluindo os profissionais que atuam nas subseções de Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Salgueiro, Arcoverde e Palmares. A eleição se desenvolveu das 9.00 às 16.00 horas, em urnas espalhadas pelo Palácio da Justiça. Foram Paula Ba-

OAB, que destacaram a representatividade dos nomes que integram a lista sextupla que será encaminhada ao TJP na próxima quinta-feira. Alguns dos votantes chamaram a atenção especial dos jornalistas que acompanharam a votação, destacando-se entre eles o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, o secretário de Assuntos

Entidades preocupadas com programa visando controlar natalidade

O programa do Governo federal, de controle da natalidade no Brasil, vem preocupando várias entidades da sociedade civil, especialmente a Or-

que vem sendo desenvolvida em Pernambuco, a fim de que esta adquira âmbito nacional.

No próximo dia 20 de março, o Grupo Inter-

Fundação:

Assistência aos carentes e mais trabalho para advogados

O presidente da OAB de Pernambuco, Paulo Marcelo Raposo, anunciou a criação da Fundação de Assistência Judiciária Moacir Baracho, no âmbito da entidade de classe dos advogados do Estado, de atendimento a pessoas carentes e para atuar junto às comunidades da Região Metropolitana do Recife. A Fundação funcionará com recursos captados da LBA, que liberou Cz\$ 1 milhão, inicialmente, para a sua instalação. Segundo Paulo Marcelo, "a Fundação da OAB irá suprir parcialmente as deficiências do Poder Público que, apesar dos esforços, ainda hoje se ressentem da estrutura material para aquele tipo de atendimento à população pobre em todo o país." Ele adiantou que o organismo recém-criado funcionará de forma articulada com o Conselho Secional da OAB, cujo presidente será

sempre o mesmo da Fundação.

MEIO ANO

A instalação da Fundação Moacir-Baracho marca os primeiros seis meses da nova administração da OAB e, "além do seu objetivo primeiro, é também uma tentativa de ampliar o mercado de trabalho para os advogados em nosso Estado, uma luta que vem sendo travada com muita dificuldade desde o início da nossa gestão", disse, ainda, Paulo Marcelo.

A ampliação do mercado de trabalho para advogados é um compromisso assumido na campanha do novo Conselho Seccional da OAB-PE e, de acordo com Paulo Marcelo, "é um esforço surdo, que se desenvolve continuamente e está, também, vinculado à defesa dos nossos colegas, à valorização da profissão e a todos os empecilhos que o jovem forma-



O conselheiro nato José Neves é uma das testemunhas do convênio firmado

do em Direito encontra ao tentar trabalhar nos dias de hoje em defesa da Justiça".

"Com a nossa atuação intransigente, aberta e transparente em prol do respeito aos Direitos Humanos em Pernambuco", continuou Paulo Marcelo, "cresceu assustadoramente o número de pessoas que procuram a OAB porque se sentem com seus direitos violados". Então, pergunta o presidente da entidade: "Como atender esses casos, que normalmente se estendem por

muitos meses e até anos, sem remunerar o profissional que se encarregará de defendê-los?"

Além disso, acrescenta, "inauguramos uma nova maneira de ser na Comissão de Direitos Humanos, que agora está mais envolvida na realização de estudos e pesquisas, de eventos, discussões, com o objetivo de oferecer ao Poder Público alternativas de políticas a serem seguidas nos diversos campos em que há violações constantes dos direitos dos

mais necessitados". De agora em diante, as inúmeras solicitações chegadas à Comissão de Direitos Humanos serão analisadas e depois de feita a triagem serão encaminhadas à Fundação Moacir Baracho, "onde o interessado encontrará um atendimento personalizado e profissional, para o seu pleito", adiantou Paulo Marcelo.

"A Fundação de Assistência Judiciária Moacir Baracho terá um Conselho formado por dez advoga-

dos e uma estrutura administrativa leve, que facilitará a sua atuação. A segunda parcela, mais Cz\$ 1 milhão, será liberada dentro de 120 dias e assim sucessivamente, segundo o convênio firmado com a LBA", finalizou o presidente da OAB-PE, informando que a nova entidade já está instalada no quarto andar do Edifício Lygia Uchôa de Medeiros, na Rua Siqueira Campos. Uma equipe de estagiários vai ser treinada para ajudar nos trabalhos.

A invasão do campo da advocacia

* Urbano Vitalino

O Centro de Estudos das Sociedades de Advogados encaminhou ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, bem fundamentada exposição de motivos, na qual faz a crítica da aplicação da Lei Federal nº 4215/63, enfatizando a sua ineficácia, em alguns artigos, no que concerne à defesa e proteção da profissão de advogado.

Salienta, primeiramente, a invasão do campo da advocacia, por outras profissões, notadamente, auditores, contabilistas, topógrafos, serventuários de justiça, despachantes e outras categorias, algumas, até mesmo, sem qualquer qualificação profissional.

A crítica procede: com efeito, auditores elaboram pareceres acerca de serviços de consultoria e assessorias jurídicas, que, pelo art. 71, do Estatuto da OAB, são trabalhos privativos de advogados. Por seu turno, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, de nº 107/58, que é anterior à vigência da Lei Federal nº 4215/63, define o que intitula "serviços para-contábeis", incluindo entre eles: "redação, legalização, alteração, registro de contratos e estatutos de sociedades civis e comerciais", o que a lei 4215/63, posteriormente, incluiu como da competência exclusiva (e não concorrente) dos advogados.

Por outro lado, tanto auditores, como contabilistas, atuam no contencioso administrativo, subscritando petições de defesa de sociedades mercantis, alegando que se tratam de questões tributárias e financeiras, o que lhes permitiria, não só a já citada e espúria Resolução nº 107/58, como, ainda, a tradição.

Topógrafos redigem memoriais do âmbito da Lei do Condomínio; economistas elaboram projetos técnicos e se aventuram a comentar seus aspectos jurídicos intrínsecos; engenheiros discutem os fundamentos legais de Códigos de

obras, leis de ocupação do solo, regiões metropolitanas; serventuários de justiça redigem contratos imobiliários. Já tivemos no Brasil, até uma Lei de Inquilinato confeccionada no Conselho Nacional de Economia, que incluía, no seu texto, uma equação.

Uma das formas de burla da Lei 4215/63, muito usada, pelas sociedades mercantis, para invadir o campo da advocacia, é onerar serviços de cobrança de dívida, em todo o país, inclusive "forenses" como se vê nos prospectos que enviam às firmas da Praça. Evidentemente, para isso, contratam um advogado e, figura ele como o subscritor das petições enviadas ao Foro. Mas entre os seus serviços oferecidos à clientela, consta, expressamente, os "serviços jurídicos, forenses e extraforenses", como um seguro expediente para a captação de clientela.

Esse fenômeno, adiante-se, não é apenas brasileiro, ocorre em todo mundo capitalista. Para determinados grupos econômicos o "Direito" não passa de uma mercadoria, de fácil colocação, no mercado. "Justiça" é objeto de compra e venda. E, ambos, quando administrados, eficientemente, sem respeito aos princípios éticos, proporcionam grandes lucros.

Nos Estados Unidos da América se produziram conflitos sérios, entre os grandes escritórios de advogados, que lá funcionam como empresas prestadoras de serviços ao público, e suas concorrentes, empresas de auditoria, de contabilidade, de economistas, etc. A Justiça restringiu o campo de ação dos "invasores", considerando que, realmente, consultoria e assessoria jurídica, redação de contratos, e até certas atividades lobbísticas, são privilégios de advogados, como profissionais isolados, ou sociedades de advogados.

No Brasil, infelizmente, não temos sabido defender, com veemência e, o que é pior, com eficiência, a nossa profissão. A Lei 4215/63 foi, sem dúvida, um passo, nesse sentido, conseguiu por alguma ordem no caos, mas, evidentemente, a "Revolta dos fatos contra os Códigos", de que nos falava MORIN, é muito forte, as pessoas com pouca formação ética e os grupos profissionais disputantes, colocam suas mentes, em funcionamento, procurando violar e burlar as leis. De modo que, no Brasil, as violações são tantas, que bastam alguns anos ou décadas para as tornarem esfarrapadas.

Creio que, por isso mesmo, a exposição ora trazida ao nosso exame, deve ser estudada, meditada e refletida, a fim de que se possa adotar, quando do debate sobre a reforma da Lei nº 4215/63, ora em elaboração, nesse Conselho, dispositivos mais eficazes de proteção ao advogado.

Paralelamente, o Conselho Federal da OAB deveria entender-se com o órgão símile dos Estados Unidos, para que o mesmo forneça cópias dos casos decididos pela Justiça Americana, para que possamos nos posicionar melhor sobre o assunto. Finalmente, que se oficie ao Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, parabenizando-o pela defesa que fez da profissão.

(*) Parecer do Conselheiro Federal Urbano Vitalino, apresentado a 21 de agosto passado, sobre a reforma da Lei 4215/63, perante a Comissão de Reforma, em Brasília.

Conselho Federal

MÁRCIO: há risco de golpe no Brasil

Existe grande possibilidade de um golpe militar no País, a curto prazo, devido à atual conjuntura econômica e social. E o que é pior, antes desse fato poderão haver grandes desordens e desrespeito às autoridades. Como exemplo desse perigo posso citar as recentes rebeliões nos presídios, os saques a supermercados e o fato de que a maioria da população brasileira ganha menos do que um salário mínimo, como é o caso do Nordeste.

A declaração foi feita pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Tomás Bastos, na primeira reunião extraordinária realizada pela entidade fora da sede, localizada em Brasília, em homenagem aos 160 anos da criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Presentes à reunião o governador Miguel Arraes, — que

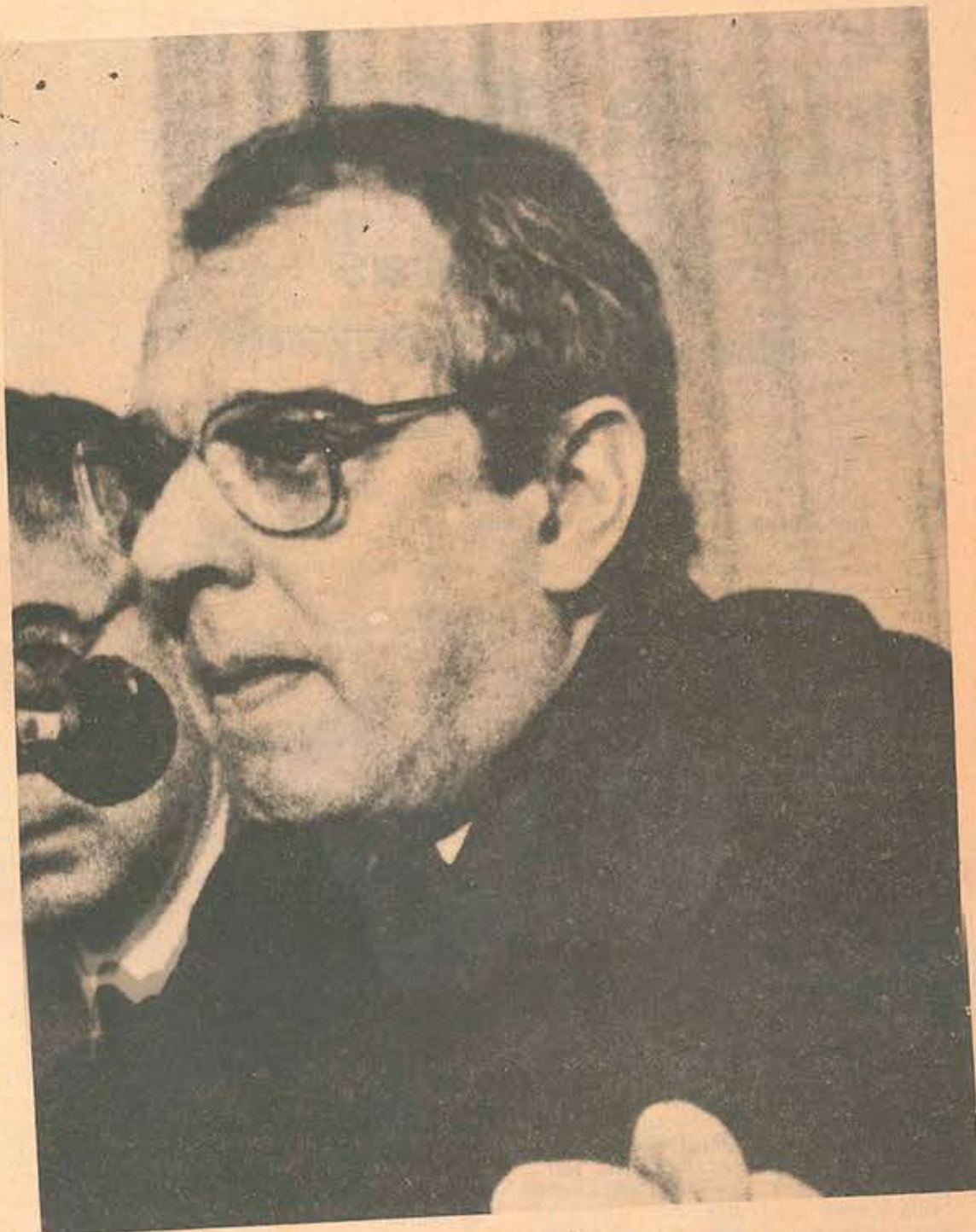
abriu a sessão elogiando o trabalho da entidade na defesa dos direitos humanos e, principalmente, dos mais oprimidos, e agradeceu "a homenagem do Conselho Federal, que realizou essa reunião aqui para fortalecer uma reciclagem entre a entidade federal e a estadual"; o vice-presidente da OAB federal, Ophir Figueiras Cavalcante; o secretário-geral, Luiz Carlos Lopes; e os ex-presidentes José Cavalcanti e Herma Baeta, dentre outros membros da Ordem federal e estadual.

ELEIÇÕES DIRETAS

O presidente do Conselho Federal ressaltou a posição da Ordem sobre a necessidade de serem marcadas as eleições diretas. "A entidade considera que o atual mandato do presidente José Sarney não poderia ultrapassar o marco de

redemocratização do País, que é a Assembléia Nacional Constituinte, tendo como legitimidade somente como mandato de transição. Esse Governo não se convenceu ainda de que o Governo de Tancredo Neves era um Governo que seria de transição, e essa forma de Governo não deve durar mais do que três anos e, no máximo, três anos e meio".

— Acredito que, promulgada a Constituição, nesse momento acaba o mandato presidencial. O Brasil está precisando de reformas urgentes, tais como a sindical, urbana, fiscal e principalmente, a agrária. Espero que a Nova Carta traga as bases para a construção da democracia, que são, fora as reformas, as condições mínimas de sobrevivência do povo, ou seja, alimentação, transporte, educação e saúde como dever do Estado. E só as eleições so-



mas à Constituição trarão essas reformas.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Quanto à atual situação econômica do País, declarou que "a saída para a crise é deixar que o capital brasileiro transe com o estrangeiro, ou seja, deixar que o capital estrangeiro entre para o País de maneira regrada, em convivência pacífica com o nosso. Caso contrário, ficaremos como os países do Terceiro Mundo, países que comercializam bugingangas".

— E o atual presidente não tem condições de promover essa reforma econômica, nem do parque industrial do País, que, conseqüentemente, mediante essas ações e um forte regime de austeridade promoveria uma melhor distribuição da renda, que, no Nordeste, segundo informações do governador Miguel Arraes, é distribuída de maneira catastrófica, onde 70% da população ganha menos do que um salário mínimo, e a saída, mais uma vez, seriam as eleições diretas para presidente — assinalou.

TORTURA

— A violência não tem sentido, seja ela praticada sobre um cidadão comum ou um marginal. Quanto a interrogatórios praticados pela Polícia com a prática de tortura, eu digo que uma prova não pode ser conseguida assim, pois, até mesmo deixa de ser uma prova, visto que o indivíduo pode confessar um crime que não fez, por não mais estar em condições de resistir à agressão. Todo ato de violência é inadmissível", completou o dirigente no final das declarações.



O governador Miguel Arraes abriu a reunião extraordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que, pela primeira vez na história da entidade, realizou-se no Recife. Na ocasião, Arraes salientou o papel desempenhado pela OAB na vida na-

cional, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

— Espero que a Ordem seja agora como foi no passado, um instrumento de luta democrática, principalmente levando-se em consideração que o País

atravessa uma das maiores crises de sua história. O momento é marcado pela angústia, principalmente aqui, numa região pobre. Mas, apesar das dificuldades, Pernambuco continuará ao lado do povo, lutando pela democracia — declarou Miguel Arraes.

Arraes defende Direitos Humanos



O pronunciamento do governador foi precedido pelo discurso do presidente nacional da entidade, Márcio Tomás Bastos, que destacou o fato de o Conselho Federal ter escolhido o Recife para sediar a reunião, em função da passagem de mais um aniversário de criação dos

cursos jurídicos no Brasil, que funcionaram pela primeira vez em Pernambuco. Referindo-se a Miguel Arraes, destacou que o governador "é uma lenda viva na política nacional", manifestando a sua emoção em recebê-lo durante a solenidade de ins-

talação da reunião.

Márcio Tomás Bastos defendeu a tese da implantação do parlamentarismo no Brasil, esclarecendo, contudo, que tanto o primeiro-ministro quanto o presidente devem ter poder de decisão e serem ambos escolhidos através de eleições diretas.

11 de agosto

Duas obras que se completam

Discurso de Clóvis Melo

Saudando, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, do Instituto Pernambucano dos Advogados e da Faculdade de Direito do Recife, o lançamento dos livros "As Fontes do Direito Constitucional", de Elcias Ferreira da Costa e "Constituição, Crise Constitucional", de Nelson Saldanha, o conselheiro Clóvis Melo, orador oficial da solenidade afirmou que "nessa oportunidade estamos entregando ao público duas obras de maior relevância política, jurídica e filosófica".

Ressaltou que "as duas obras, de dois conhecidos e renomados professores de Direito Pernambucano, se completam, porque se o trabalho do prof. Elcias Ferreira da Costa estuda a estrutura do Estado, do ponto de vista conceitual e doutrinário, o do professor Nelson Saldanha versa, principalmente, sobre a técnica do Estado". E adiantou: "Oferecem, assim, uma visão de conjunto do problema máximo da nossa época, que é, a de situar o indivíduo diante do Estado, procurando reforçar a defesa do primeiro e humanizar o segundo, de modo que se realize a democracia, na busca da sua meta maior que é a Justiça Social".

Clóvis Melo referiu, ainda, que essas notáveis contribuições teóricas surgem no momento em que se reúne, em Brasília, a Assembléia Nacional Constituinte, na qual deposita tantas esperanças o nosso povo, para elaborar a 7ª Constituição Brasileira. "Vale lembrar a advertência do grande jurista, sociólogo e cientista político brasileiro, Alberto Torres, na sua obra 'Organização Nacional', de que já tivemos várias Constituições e, na verdade, nunca tivemos uma Carta Política genuinamente brasileira, adaptada à realidade social do país, às nossas débeis instituições políticas, ao chamado caráter nacional."

"Com efeito - afirmou o orador - temos vivido de macaqueações, de pífias imitações Constitucionais estrangeiras: a de 1824 foi decalque da Constituição Francesa, de 1834, redigida à base da teoria política do jurista suíço Benjamin Constant, contestador de Montesquieu, que introduziu o Poder Moderador, dando-lhe uma dimensão maior do que o Executivo, Judiciário e Legislativo; graças a isso, no Império, existiu uma democracia muito limitada, um arremedo de parlamentarismo e de governo de gabinete. A realidade era o poder pessoal do imperante".

"Na República imitou-se a Constituição Americana de 1787, aproveitando-se a teoria política de Jefferson, Hamilton, Madison e

Jay, exposta n'O Federalista, de modo que se instituiu, no Brasil, com apoio do militarismo positivista, um presidencialismo excessivo, quase ditatorial" - comentou.

"Da Constituição de 1934, baseada na Constituição alemã de Weimar, de 1919, pouco se pode dizer, porque morreu na infância, não chegou a funcionar, pois Vargas a erradicou, como fizera à de 1891. Elaborou-se, então, a Constituição de 1937, calçada na Constituição Polaca de 1935, uma carta política para-fascista".

"Em 1946 se editou nova Constituição, a melhor delas, que resultou da atualização da Carta Política de 1934 e incorporou princípios expostos na "Carta do Atlântico" e na "Carta das Nações Unidas". Ela desapareceu com o golpe militar de 1964. Veio, então, a Constituição de 1967 e sua emenda de 1969, na verdade, uma nova carta, de essência autoritária, com base na ideologia da segurança nacional."

"O país espera, assim, que, desta feita, se elabore uma Constituição marcadamente brasileira, sem macaqueações dos modelos estrangeiros. Ela deverá expressar a grandeza e a miséria do nosso povo, suas virtudes e defeitos, de modo que o cidadão se sinta não só protegido, como, reconheça nela, o seu retrato, a sua fisionomia".

"Os professores Elcias Ferreira da Costa e Nelson Saldanha são contra a hipertrofia do Executivo, pelo fortalecimento do Legislativo e do Judiciário, de modo a se restaurar o desejado equilíbrio de poderes, cuja ruptura se deu há mais de duas décadas. Nelson Saldanha propugna por exemplo, um federalismo flexível, a desconcentração de poderes de que se investiu a União Federal, em prejuízo dos Estados-Membros e dos Municípios, chamando a atenção, no seu trabalho, para que se levem em conta as disparidades regionais. Existe uma tendência errônea de considerar-se regionalismo, separatismo, como se viu, em 1824, com a Confederação do Equador, pelo que frei Caneca pagou com a sua vida, a notável antecipação, no tempo, acerca da necessidade de se acabar com a ditadura do eixo Rio-São Paulo sobre a periferia".

"Por tudo quanto se expôs, se verifica o valor intrínseco dessas duas obras. Aproveitando a presença do prof. Silvio Loretto, ilustre diretor da Faculdade de Direito do Recife, apelo para que se restabeleça, ali, a cadeira de Filosofia do Direito, outrora existente, exercida por Laurindo Leão, tão necessária ao aperfeiçoamento intelectual dos alunos. Sem filosofia não pode viver o homem", - disse, finalizando suas palavras.

IAP: abertura e participação

(*) Aurélio Boaviegem

É uma honra assumir a presidência do Instituto dos Advogados de Pernambuco.

Constitui também uma série de desafios.

É desafio suceder a Heraldo José de Almeida; a Isaac Pereira da Silva; a Joaquim Correia de Carvalho Júnior; a Rodolfo Albuquerque Araújo; a Sylvio Neves Baptista; a Urbano Vitalino de Melo Filho e, finalmente, é desafio, sim, suceder a José Henrique Wanderley Filho. Homens que emprestaram ao Instituto dos Advogados de Pernambuco caráter de competência, seriedade e comprometimento com os objetivos maiores da instituição, em especial:

- o de colaborar com a atualização e o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico;
- o de assegurar a dignidade e o prestígio da atividade jurídica;
- o de fomentar o culto à Justiça, à Liberdade e à Democracia.

É desafio colaborar na atualização e no aperfeiçoamento das instituições, em especial, numa sociedade em transformação, onde a presença do Direito, como controle social e fator de progresso também social, se torna muito mais premente.

Há uma Constituinte instalada; há um projeto de nova carta constitucional que deve ser pensada, discutida e repensada. Tudo isto com responsabilidade, pois se pretende que a nova Constituição tenha caráter duradouro e seja representativa dos anseios de todos os segmentos que constituem a nacionalidade brasileira.

A nova Constituição seguir-se-á todo o reordenamento jurídico que deverá sofrer semelhante processo e discussão.

É desafio assegurar a dignidade e o prestígio da atividade jurídica, tarefa multifacetada, que abrange desde a reformulação do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, até a coibição às agressões, diárias e individuais, sofridas no exercício profissional. Devem ser todas discutidas e analisadas.

É desafio fomentar o culto



à Justiça; à Liberdade; à Democracia. Estes são valores permanentes e informadores da profissão do advogado. E são, diariamente, atingidos por investidas de toda a parte, oriundas até de setores que mais as deveriam preservar e cultivar.

Os desafios são, todos eles, aceitos.

Os antigos Presidentes - dêem-me licença - servirão de exemplo a ser seguido, sobretudo naquele que diz do comprometimento com o Instituto dos Advogados de Pernambuco.

Quanto à reformulação da Ordem Jurídica, o IAP discutirá, à exaustão, o projeto constitucional. Objeto de discussão que não se limitará a seus membros, ou tão somente aos advogados, mas deverá alcançar toda a sociedade, que tem e deve ser ouvida; e, legitimamente participante.

Objeto de discussão será também a vigente legislação a que se seguirá a nova Constituição, no sentido permanente do aprimoramento das instituições, ouvidos sempre os setores interessados.

O Instituto dos Advogados promoverá a dignidade e o prestígio profissionais, a eles sempre atento, particularmente, na discussão da reforma dos Estatutos da Ordem dos Advogados.

Todos os desafios, Senhores, serão enfrentados numa ótica de abertura, de participação, de abrangência.

Romperá o Instituto dos Advogados o seu casulo, removendo os seus quadros, integrando novos advogados, mesmo aqueles dele não pertencentes, para a discussão dos seus problemas, veiculando as suas pretensões legítimas.

O Instituto dos advogados estará, lado a lado, com a Ordem dos Advogados, na consecução dos objetivos que lhes forem comuns.

Estará com a Universidade para o aprimoramento da formação jurídica.

Estará com os poderes públicos, na busca do bem comum, estreitando mais o seu relacionamento com o poder judiciário.

O Instituto dos Advogados, estará, finalmente, com a sociedade, onde se assenta qualquer ordem jurídica que se pretenda justa e legítima.

Pela abertura, pela participação, pela discussão, pelo respeito aos contrários, estará o Instituto exercitando o seu culto à Justiça, à Liberdade, à Democracia.

O Instituto dos Advogados nada disso poderá fazer, entretanto, sem o apoio de todos os Senhores.

(*) Palestra proferida pelo Prof. Aurélio Agostinho da Bóaviagem, na ocasião da solenidade de sua posse na Presidência do Instituto dos Advogados de Pernambuco, realizada na OAB/PE, em 11.08.1987.

"Vive do mel a que se chama crença e do aroma a que se chama amor"

Aqui fui chamado, meus senhores, para receber nesta instituição jurídica, a OAB/PE, a medalha Joaquim Amazonas, que tanto me honra e enche de satisfação. Precisamente nesse dia 11 de agosto, quando se comemora a fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

Essa data se conserva para mim muito grata, pois além desse acontecimento de alto valor social, faz-me lembrar também a figura do meu saudoso pai, nascido nesse dia e que tanto me incentivou para seguir a nobre profissão de advogado.

E ali, na velha cidade do Cabo, onde morávamos, fui pela sua mão levado ao Tribunal do Júri, na época, para me desembumbir, da defesa de um réu, injustamente processado de homicídio, cuja autoria não se achava devidamente comprovada, obtendo por isso a sua absolvição. Era Juiz de Direito da Comarca o dr. Manuel Cyrilo Wanderley e Promotor Público o dr. Antônio Cordeiro Galvão, que logo após se congratularam comigo pela vitória alcançada.

E isto me fez animar na luta pelo Direito que é, na



realidade, como definiu um grande jurista, "o conjunto de condições existenciais da sociedade,

coativamente asseguradas pelo Poder Público".

Não precisamos de corretivo dos trabucos, nem

dos conselhos destruídos da dinamite, mas da união de todos os brasileiros para a construção do edifício da civilização que nesses confins salutaros do planeta se afirma perante os povos cultos. Nas gigantescas florestas verdes do Brasil não mais perambula o caboclo nu. Porém, uma coletividade de cérebros iluminados, a produzir dentro da Ordem e do Progresso, impostos ao homem como necessidade da vida contingente, edifício este que convida à hospitalidade perante o tempo e o espaço as gerações atuais e as porvindoras, oferecendo a abundância de nossas maravilhas. E essa tarefa cabe, de modo especial, à mocidade. Essa mocidade que pedimos, seja para nós um pátio sempre aberto e em nossa morte uma mortalha de estrelas.

O coração é o colibri dourado/Das veigas puras do jardim do céu/Um tem o mel da granadilha agreste/Bebe o perfume que a bonina deu/O outro voa em mais virentes balsas/Pousa de um riso na rubente flor/Vive do mel a que se chama crença/E do aroma que se chama amor.

José Regueira

11 de Agosto



As advogadas tiveram uma sessão especial nas comemorações



Eleição dos suplentes do Conselho



A Associação Comercial de Pernambuco fez homenagem à OAB



A tradicional Missa no Mosteiro de São Bento, berço dos Cursos Jurídicos

Por uma Corte Constitucional

Toda lei emanada de quaisquer órgãos constituídos do país, e não só; todos os atos de Governo e de administração; os poderes instituídos e suas emanções submetem-se às balizas e limites contidos na Constituição.

Por Constituição entende-se, para o enfoque dado no presente trabalho, aquele documento especial em cujo texto encontram-se reunidos os princípios e normas superiores de ordenação jurídica do Estado.

O que ora se intenta trazer a lume, indagar acerca da conveniência ou não de ser criado um Tribunal Constitucional, por ocasião da elaboração de um novo Texto Supremo para o país.

Indagar da necessidade de um Tribunal Constitucional é enfrentar o problema de como proteger efetivamente a Constituição. Partindo da premissa que a Constituição representa e configura a vontade popular, confere à sociedade seus traços jurídicos fundamentais, ressalva direitos básicos, delimita o uso do poder, discute a proteção da Constituição, é discutir, "ULTIMA RATIO", como melhor SALVAGUARDAR a vontade do povo.

As Cortes Constitucionais visam, de um lado, a garantir o cidadão de que apenas o que na lei está, em nível de ordenamento jurídico superior, pode lhe ser exigido, como, de outro lado, a eliminar o complexo de princípios programáticos de uma Carta Suprema, quase nunca implementados pela CIRCUNSTÂNCIA de estarem projetados para outra realidade que não àquela da conjuntura presente.

Ademais, desencorajam os governos a agirem contra a Lei Magna. Servem como uma espécie de obstáculo técnico às

tentações de equacionamento de problemas políticos, econômicos e sociais à custa da maculação do Texto Primeiro.

CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

Os processos jurídicos que visam a submeter os poderes instituídos, suas leis, atos do governo e de administração à supremacia formal e MATERIAL da Constituição, constituem os chamados mecanismos de controle constitucional.

O Brasil consagra o sistema, ao prever (E.C. Nº 01/69, art. 119, I) que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente (...) a representação do Procurador Geral da República, por inconstitucionalidade ou para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual (...).

Qualquer do povo pode, igualmente, provocá-la face ao disposto no § 30 do art. 153, - direito de representação e de petição aos Poderes Públicos, "in casu" dirigida ao Procurador Geral da República.

Temos, assim, vigentes no país o controle difuso e controle concentrado da constitucionalidade, ambos afetos ao Poder Judiciário.

O controle difuso, exercem-no todos os Juízes tribunais, no casos concretos suscitados por quantos se julgam lesados pela incidência da lei ou do ato havido como infringente da Constituição e cujas decisões podem ser submetidas à revisão final do Supremo Tribunal Federal. O controle concentrado, ao invés, cabe exclusiva e originariamente ao próprio S.T.F., que o exerce sob representação do Procurador Geral da República. Aí julga-se a constitucionalidade da lei enquanto tal, "in abstrac-

to"; independentemente de sua incidência sobre este ou aquele fato da vida.

Esse o modelo. De fato, no entanto, observa-se o seguinte: no ano de 1986, dos 5.112 acórdãos publicados pelo Supremo, apenas 85 versaram a respeito da matéria constitucional (os dados são do ex-Ministro do S.T.F. XAVIER DE ALBUQUERQUE, in Jornal do Brasil, 23.05.87). Estaria o S.T.F., bem desincumbindo-se da magna tarefa de GUARDIÃO CONSTITUCIONAL? Ou o povo encontra-se de tal modo desiludido da realidade institucional, incôscio do INSTRUMENTAL jurídico a seu dispor?

O que é indubitável, a transgressão diturna, iterativa dos princípios e normas constitucionais, mesmo no que pertine a esfera federal; que se diga à esfera estadual (...).

- REALIDADE BRASILEIRA

Tal retrato da realidade brasileira tem propiciado incrível série de leis, decretos-lei, decretos e outros instrumentos legislativos de notável inconstitucionalidade, sem que tal faceta seja declarada pelo Poder Judiciário, com a prontidão devida.

No Brasil, a rigor, o Poder Judiciário apenas cuida da administração da justiça. O S.T.F. possui funções não destinadas a fazer justiça, que pertinem às instâncias inferiores, mas de manter harmônico o ordenamento jurídico nacional.

Inexiste, em termos precisos, um triplo grau de jurisdição, a não ser nas justiças especializadas, mas apenas duplo grau, cabendo ao Colendo Excelso a função harmonizadora e sistematizadora do direito conflitual.

De sorte que, ao cidadão lesado nada resta que não recorrer às instâncias primeiras; tendo de aguardar quatro a cinco

João Parente Filho (*)

anos para uma decisão final, enquanto os atos infragentes da Lei Maior continuam seu exercício de devastação da ordem legal do país.

UM TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O propósito de um Tribunal Constitucional decorre das considerações expendidas. Tratar-se-ia de uma última instância judiciária cuja atribuição peculiar e mais eminente seria a guarda jurídica da Constituição.

Tal função, por sua magnitude, deve ser exercido por uma instituição capaz de exercer uma influência neutralizadora e racionalizadora sobre os interesses, grupos e classes sociais. Esta instância é uma instituição judicante, que age com os instrumentos da hermenêutica jurídica, mas que, ao contrário do Poder Judiciário, não é juiz do caso concreto, mas tem algo da função Geral do Legislativo, podendo assim assumir parte da representatividade do legislador, que, em tese, não tem seus olhos presos ao caso concreto, mas a sua repercussão social como um todo.

O Tribunal Constitucional tornar-se-ia centro visível da vida constitucional do país, passando a ser a sede de uma experiência que o Brasil vem se negando: direcionar suas grandes questões políticas para o endereço constitucional, fazendo, assim, da Constituição uma prática viva do exercício consistente da cidadania.

Acreditamos que poderíamos adotar esse tipo flexível de Corte Constitucional no direito brasileiro, com sensível fortalecimento das instituições nacionais.

(*) João Parente Filho é advogado, professor da UFPE e da Unicap.

COLUNA INTERNACIONAL

Pena de morte no EUA: discriminação e racismo

Na maior democracia do mundo ocidental, 1788 pessoas estão, hoje, aguardando execução em pavilhões carcerários de todo o país e poderão ser mortas por enforcamento, eletrocutadas, asfixiadas por gás, envenenadas por injeções ou simplesmente fuziladas.

Esses dados aterrores foram divulgados, na semana passada, pela Amnesty International, em Londres, num documento em que se informa, também, uma série de violações a tratados internacionais sobre Direitos Humanos, cometidos pelo Poder Judiciário norte-americano. Essas violações referem-se, especialmente, às execuções de menores de idade e de enfermos mentais.

Em sua denúncia, ela afirma que 48% do número total dos presos que estão em pavilhões de morte nos Estados Unidos são de raça negra, confirmando o caráter discriminatório da aplicação da pena (com relação à população total do país os negros são apenas 12%). Há Estados, entretanto, em que essa discriminação é muito maior, como o Alabama, que tem 66% dos presos condenados à morte integrantes daquela minoria racial.

A Amnesty cita especialmente o Estado de Geórgia, onde, nos anos setenta, os assassinos cujas vítimas eram de raça branca receberam condenações à morte onze vezes mais do que o número de assassinos brancos cujas vítimas eram negros. Estudo neste sentido foi realizado pelo pesquisador David Baldus, que revelou que os delinquentes americanos cujas vítimas são brancas têm 20% mais de possibilidades de serem condenados à morte em todo o país.

Os métodos de execução mais comuns nos Estados Unidos são: a cadeira elétrica, a câmara de gás, a injeção letal (veneno), o pelotão de fuzilamento e a força. A cadeira elétrica existe em Indiana, Kentucky, Louisiana, Nebraska e Ohio.

A câmara de gás na Flórida, Califórnia, Colorado, Maryland e Mississippi. A injeção letal em Arkansas, Delaware, Illinois, Geórgia, Nevada, Dakota do Sul, Texas e Oklahoma. O pelotão de fuzilamento em Idaho e Utah. A força em Washington, New Hampshire, Delaware e Montana. Vários desses Estados aplicam duas ou três opções de métodos de execução aos delinquentes.

Quando se executou o jovem John Spänkelink, na Flórida, exemplifica o informe, não se havia efetuado nenhuma execução nos quinze anos anteriores. Apesar de que o número de homicídios tenha aumentado no final dos anos sessenta e começo dos setenta, seguindo a tendência nacional norte-americana, nos anos de 1976, 1977 e 1978 foram registradas as cifras de homicídios mais baixas de que se tem notícia. Entretanto, nos três anos posteriores à retomada das execuções (1979) foram registradas as maiores cifras da história do Estado, com um aumento de 28%, especialmente em 1980.

Da mesma forma, no Estado de Geórgia (onde as execuções voltaram a ser realizadas em 1983) o número de homicídios aumentou 20% em 1984, exatamente no ano em que os crimes contra a vida diminuíram em todo o país.

CULTURA



João Maurício Leão Adeodato, professor de Introdução à Ciência do Direito, na UFPE, conselheiro licenciado da OAB/PE, é hoje o assessor jurídico "heavy" da secretaria de Educação, Silke Weber.

João Maurício e Thales, entre o som e a norma

Entrevista a
Fátima Dantas

Para ser músico profissional no Nordeste do Brasil é preciso, como diria o Poeta "ter peito de remador". Devido à precariedade do mercado discográfico na região, a maioria dos nossos músicos se vê forçada a deslocar-se para o Sudeste (área de concentração das melhores gravadoras e estúdios), esperando uma chance que os promova para, em seguida, poder voltar e conseguir espaço com o público local, enfrentando maratonas em busca de apoio promocional com as empresas da terra, que continuam preferindo investir na contratação de músicos reconhecidos ou eventos importados.

A esperança tem produzido resultados. Os entrevistados da nossa página cultural deste mês, o Advogado-Músico João Maurício Adeodato e o Músico-Advogado Thales da Silveira, num clima de descontração e memórias, nos fazem relatos acerca da acirrada luta mantida ao longo dos últimos 13 anos de suas vidas, para manter aceso o fulgor da paixão pela pesquisa musical. Caminho entremado de sacrifícios, autopromoções, batalhas em bares e estúdios, procurando a harmonia entre o dom natural e a acuidade técnica, entre o grande público, consumidor do que se lhe é permitido ter acesso, e, as elites, vorazes de qualidade e sensível aos novos apelos consumistas.

ARATANHA - Tupi: bico de arara; camarão pequeno; cabelos quebrados. Segundo João Maurício, a experiência começou com o Aratanha Azul, que com quatro componentes "era um grupo de garagem nordestina. Sem infra-estrutura". Rapazes da classe média socialmente bem situada, eram

tendia a ver com simpatia o grupo.

João Maurício - É, nós parecíamos diferentes, cabelos grandes, jeans, viagens a outras cidades, conversávamos com as pessoas, mantínhamos abertos os canais com as responsabilidades mais formais, com a educação acadêmica; não parecíamos loucos e com o aumento do empenho e o retorno financeiro o grupo passou a ser bem mais acreditado.

Thales - O Aratanha era conhecido. Extinguiu-se por haver esgotado as possibilidades do mercado ao qual tínhamos acesso pois cobrimos, com auto-promoção, vários shows na Bahia, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Ainda estávamos tentando penetrar no mercado do sul, que é muito fechado, quando por questão de redefinição profissional e necessidade de bancar a própria sobrevivência o Aratanha diluiu-se como grupo.

João Maurício - As condições de mercado determinaram a nossa exclusão da profissionalização naquele período em que o Aratanha, pela própria juventude dos seus componentes, podia ter se mantido.

Thales - Pois é, nós não podíamos mais manter a concentração no Aratanha quando cada um de nós estava, cada vez mais, tendo que assumir papel mais formal na profissionalização, na saída para o mercado de trabalho. Com 22 anos, João tinha adquirido vínculos bem mais fortes com o curso de Direito que quando o grupo começou, em 74, quando eu tinha 14 e ele 18 anos. O próprio ritmo da vida desintegrou o Aratanha.

ADVOGAR - Vocês defen-

Thales - O estudo sistematizado de música é importante e esta compreensão torna-se maior atualmente, quando cresce o número de cursos independentes ou oficiais procurados por músicos ansiosos em expandir sua musicalidade individual. A influência do processo colonizador na maneira como as pessoas encaram, no Brasil, a performance musical é, sensivelmente, um determinante do desapeço mantido durante anos por uma mais profunda dedicação ao estudo da música. Não se encontra nos currículos oficiais a inclusão da disciplina Música como contato iniciatório para todos os alunos. Nos Estados Unidos as escolas financiam suas bandas e são concedidas bolsas de estudo universitário para alunos que tenham se distinguido em atividades relacionadas com a música. Essa idéia possibilita que os futuros músicos possam ser, desde a educação elementar, acostumados ao estudo sistematizado, ao contato com os instrumentos e com as técnicas de utilização dos mesmos.

João Maurício - E Thales pode muito bem dizer isso pois é um dos poucos músicos brasileiros a conseguir concluir o Professional Music, em Berklee, que é considerado um dos mais primorosos cursos de aperfeiçoamento musical em todo o mundo.

Thales - Além do mais, como estudante de música, ganha-se no contato com a qualidade musical dos outros que ganham com a sua experiência e sua expressão musical, que é individual, e, se tem a possibilidade de conhecer verdadeiros Mestres como é o caso da experiência vivida por mim quando, na Sinfônica de Recife; toquei regido pelo Maestro Eleazer de Carvalho, músico de grandiosidade reconhecida e de imensa dedicação ao trabalho, o que, considero, foi especialmente estimulante para toda a minha formação musical. Excelente, poder usufruir da profunda experiência do Maestro.

ADVOGAR - O que mudou para a música com a distensão política vivida pelo Brasil nos últimos anos?

Thales - Devido a repressão quase absoluta vivida pela juventude durante mais de vinte anos, a parcela de jovens que conseguia assumir consciência política assumia, também, um preconceito contra o Rock, associando-o a americanização e, por conseguinte, patrulhando outros, que apesar de também possuírem clareza acerca da situação, inspiravam-se bem mais com o contato com o Rock.

João Maurício - Havia um patrulhamento ideológico de esquerda e de direita e eu acredito que apenas a música perdia com isso. Somos de uma geração em que, devido ao próprio desenvolvimento urbano brasileiro, que se deu de forma mais acentuada durante a repressão, se cresce ouvindo Rock, fluindo, muito naturalmente, uma identificação simbólica entre o ritmo urbano (máquinas, fábricas, automóveis: típico som urbano), e a agressividade contida no Rock, muito mais facilmente difundido, inclusive por ter letras contestatórias mas em inglês, o que quase

impedia a compreensão absoluta da maioria dos ouvintes.

Thales - Atualmente, o que se vê é a nova geração jovem identificada culturalmente com o Rock, bem mais do que há dez ou quinze anos atrás. Outros grupos de Rock, não apenas o Aratanha, teriam muito mais chance de chegar ao público hoje, do que quando nasceram, no começo da década de 70, com milagre econômico e tudo mais, pois as pessoas, naquela época, faziam menos coisas do que hoje, devido a repressão generalizada por toda a sociedade que, tacitamente, determinava numa atitude passiva em relação ao crescimento cultural. Havia ainda uma inibição econômica na possibilidade de encarar investimentos artísticos, pois a arte e a cultura, manietadas, não deveriam permitir a livre e expressão da individualidade vez que o lema era reprimir o coletivo, estando o indivíduo inserido, naturalmente.

João Maurício - A juventude era inclusive, cuidadosamente, conduzida a apreciar trabalhos artísticos mais "suavizados", havendo uma dificuldade enorme para que grupos jovens e mais contestatórios fossem produzidos dentro do mercado discográfico ou veiculados nos meios de comunicação. Imperava o jovem guardismo para uns e a MPB, censurada e em processo de exílio.

Thales - Mudou a atitude das pessoas em relação a música porque as pessoas mudaram em relação ao todo. Por exemplo, os bikinis hoje são bem menores, as pessoas apresentam-se com mais naturalidade, existe uma descontração resultante, inclusive, da prática de esportes que colocam a pessoa num contato maior com a Natureza e tudo isso se reflete na música, que se torna mais descontraída, mais constante na vida diária.

João Maurício - A distensão permitiu que, caindo a censura prévia, o controle policial fechado contra a sociedade, as pessoas, liberalizando-se, ficassem mais acessíveis aos grupos novos que surgiam. Também, acreditasse mais em arte como investimento, tanto é, que surgem mais grupos musicais e, pelo menos, uns 20 bares em Recife, podem manter grupos de Rock trabalhando profissionalmente. E aproveitando a distensão, gostaria de aproveitar a gentileza da entrevista e avisar que procuro um baterista, para poder formar um grupo musical e gostaria de ser procurado por quem esteja interessado. Recado dado!

ADVOGAR - Pelo que vocês falaram até agora, é possível perceber que apesar de estarmos vivendo uma fase da economia nacional em que diminuem visivelmente as possibilidades de consumo, o mercado profissional na música está em franco crescimento. O que explicaria essa aparente dissonância lógica?

Thales - Eu acredito que, como falamos anteriormente, hoje, as pessoas investem mais em arte, investindo, em última análise, mais em si próprias. A Música Popular é bem mais cosmopolita hoje e isso implica na possibilidade de maior identificação entre o jovem que apenas ouve músi-



ca e a possibilidade desse mesmo jovem vir a optar pela música como profissão. Além disso, houve um grande crescimento das populações urbanas e uma conseqüente miscigenação de ritmos e cores fazendo com que aumentassem, também, os grupos musicais.

João Maurício - Investe-se em lazer e face ao caráter menos pomposo das produções que são feitas hoje em dia, é bem mais simples promover um grupo musical.

Thales - E como não se pode comprar grandes coisas, existe uma conseqüente corrida em busca de acesso a bens ou coisas de maior acessibilidade pecuniária.

João Maurício - Além disso, precisamos encarar esses investimentos do ponto de vista de mercado de país subdesenvolvido. Aqui, o músico tem que abdicar de muitas coisas para fazer música e o que é pago aos grupos musicais que se apresentam profissionalmente é irrisório se comparado ao que recebem similares em países de eco-

"Havia um patrulhamento ideológico de esquerda e de direita e eu acredito que apenas a música perdia com isso. Somos uma geração em que cresce ouvindo rock".

João Maurício

nomia mais estável. Eu, por exemplo, toquei em 9 bares: oito aqui do Recife e um de São Paulo. Toquei em festivais, de música erudita, inclusive; em shows para Geraldo Maia, Gilberto Maymone, Zé Geraldo e outros e tive que abdicar de um estudo mais aprofundado de música devido a necessidade de começar a trabalhar já que em outra profissão como a do Direito, que por afinidade, também abracei, o retorno do investimento de tempo, estudo e pesquisa, seria de muito mais rápido retorno do que se permanecesse como músico profissional apenas. Sabe-se, também, que muitos grupos partem para a profissionalização ansiando por sucesso, de qualquer jeito.

ADVOGAR - E o sucesso é o que leva o músico a profissionalização?

João Maurício - O apelo ao sucesso é um chamado muito forte para qualquer artista. Ele precisa passar para as pessoas o que produz, para poder se comunicar, ser reconhecido. Apenas alguns alcançam renome na música. Mas, ser músico não é ser ídolo. O músico é aquele que tem sensibilidade e sabe tocar, não carecendo de qualquer estereótipo comportamental para classificá-lo como artista. O caráter antroprofágico do ambiente que cerca o artista, no entanto, faz com que se dê um desgaste muito rápido na imagem do sucesso construído durante anos. Isso é destruidor para o indivíduo. Outros músicos que alcançam o sucesso, por

pelo destinatário. É preciso, no entanto, que através de uma confiança na profissão invista-se mais na necessidade de organização sindical da classe e que sejam destinadas pelo Estado um maior número de verbas para que dê estímulo às escolas de formação profissionalizante em música.

ADVOGAR - Finalizando, gostaríamos de saber de que forma seria possível conseguir para o Nordeste uma fatia do mercado discográfico, hoje quase que absolutamente controlado pelo Sudeste?

João Maurício - Cabe às autoridades, que controlam o sistema de comunicações, agir no sentido de amparar o surgimento de novas gravadoras, rádios e canais de televisão, na região da concessão a novos grupos, investimento em programas ligados às televisões educativas, sub-taxação do ICM, liberando a importação de materiais de gravação e instrumentos eletrônicos, pois se é de bom nível a produção de instrumentos acústicos no mercado nacional, o mesmo não se pode dizer da qualidade dos instrumentos eletrônicos, ainda inferiores aos similares e atrasados em relação aos estrangeiros.

Thales - Investindo ainda, na inclusão de música nos currículos escolares de primeiro e segundo graus, o que melhorará o nível técnico dos futuros profissionais e ampliará a profissionalização em carreiras correlatas.

"A necessidade humana de fazer arte subsiste. Mesmo estando a sociedade cerceada ou amordaçada, o homem persiste na sua busca de expressão através da arte".

Thales da Silveira

educados para a dedicação profissional a atividades mais acadêmicas, encarando-se a música como hobby ou prazer. Os dois, no entanto, acreditavam nas suas potencialidades musicais e a dedicação ao Aratanha (como é mais conhecido) os levou a, mantendo em perfeito andamento as atividades escolares, conseguirem apoio das famílias.

Thales - Não era um financiamento mas a compreensão de que nós podíamos organizar as atividades de forma a que colégio ou universidade fossem cumpridos. A família

dem a necessidade de estudo musical ou acreditam que a prática e o dom inato, suprem a carência de metodização?

João - No começo, eu tocava apenas por vontade e inspiração; aos poucos, no entanto, o músico que pretende ser profissional, sente a necessidade de estudar, aprender a ler música para poder ampliar suas audições. Apesar de eu pretender continuar como músico amador e acreditar que no futuro, mais e mais, se fará música em casa, estudo Música, como aluno regular no Centro de Artes da UFPE.